

23 Março 2013 - 20h06

Para travar metas curriculares

Professores de Matemática admitem recorrer a tribunais

A Associação de Professores de Matemática (APM) admitiu neste sábado recorrer aos tribunais para travar as metas curriculares estabelecidas para a disciplina, considerando que contrariam o programa e apontam para um retrocesso no ensino.

"Usaremos todos os mecanismos legais, inclusive o recurso aos tribunais, para travar as novas metas curriculares" afirmou neste sábado a direção da APM numa conferência de imprensa realizada em Albufeira.

De acordo com a presidente da APM, Lurdes Figueiral, as metas curriculares introduzem tópicos matemáticos "inapropriados, abordagens de ensino que há muito têm vindo a ser postas em causa e alteram a sequenciação de outros, sem justificação".

A responsável considerou que existe "uma desvalorização de capacidades de exigência cognitiva mais elevada sugeridas pelas metas curriculares, como a compreensão e a memorização de factos e procedimentos".

Lurdes Figueiral considerou que, além das perturbações para os professores, as medidas implementadas pelo Ministério da Educação "apontam para um retrocesso muito sério na educação da disciplina, comprometendo os passos que estavam a ser dados na melhoria do ensino da disciplina em Portugal".

Segundo a presidente da APM, as conclusões do estudo internacional (Tendências Internacionais no Estudo da Matemática e das Ciências - TIMSS), mostram que os alunos portugueses têm vindo a melhorar o seu desempenho em Matemática, com Portugal a classificar-se entre os 15 melhores países do mundo.

"Por isso, à luz dos resultados e recomendações dos recentes dos estudos internacionais, não se entende o pressuposto das novas metas curriculares", realçou.

Para a APM, as melhorias registadas nas avaliações internacionais resultam do trabalho dos professores em sala de aula.

A associação considera também que a introdução de exames nos 4.º e 6.º anos podem levar "fortes perturbações" ao processo de aprendizagem e avaliação dos alunos e ao próprio funcionamento das escolas.

"O que tem sido a posição deste ministro em relação a resultados positivos de relatórios internacional para o ensino em Portugal, é vergonhoso", sublinhou Lurdes Figueiral, acrescentando que as alterações estão a ser feitas "com falta de seriedade".

Uma moção da APM de contestação às novas regras para o ensino da Matemática foi aprovada em assembleia geral, na sexta-feira à noite, durante o encontro nacional ProfMat 2013, que juntou em Albufeira cerca de 250 professores da disciplina.

As várias formas de luta para travar a entrada em vigor das metas curriculares serão definidas no conselho nacional que se realiza no dia 20 de abril.

As metas curriculares para as várias disciplinas e anos de escolaridade ganham carácter obrigatório a partir do próximo ano letivo e introduzem-se de forma progressiva até 2017-2018, ano de aplicação obrigatória para o 12.º ano.

As metas estabelecem o que de essencial nos programas os alunos devem saber no final de cada ano ou de cada ciclo às várias disciplinas.

Começam a ser aplicadas com carácter obrigatório no ensino básico a partir do próximo ano letivo a Português e Matemática, também progressivamente até ao final de 2014-2015.

Fechar